



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência o Registro de Preços para aquisição de equipamentos de proteção individual e/ou coletiva para setores diversos da Prefeitura Municipal de São Borja.

	OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE	QUANT. MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL
1.	BOTINA EM COURO COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. TAMANHO A SER DEFINIDO.	Par	1345	2	60,75	81.708,75
2.	BOTA NÁUTICA COM SOLADO ANTIDERRAPANTE COM CANO LONGO	Par	349	2	50,01	17.453,49
3.	COTURNO EM COURO, COM FECHAMENTO EM CADARÇO, PAR, CABEDAL CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO AO CROMO, SOLADO EM BORRACHA, SOLADO BI DENSIDADE, SEM BIQUEIRA DE AÇO E SEM COMPONENTES METÁLICOS, PROTEÇÃO PARA 600 VOLTS. TAMANHO A SER DEFINIDO.	Par	170	1	133	22.610,00
4.	BOTINA EM COURO COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COM B BIQUEIRA DE AÇO, DIVERSOS NÚMEROS, A SER DEFINIDO.	Par	290	2	51,5	14.935,00
5.	CALÇADO DE SEGURANÇA EM COURO COM SOLADO ANTIDERRAPANTE, NA COR BRANCA.	Par	162	2	55,98	9.068,76
6.	BOTA. NÁUTICA COM SOLADO ANTIDERRAPANTE.	Par	68	2	45,23	3.075,64
7.	CAPACETE COM ABA FRONTAL, CARNEIRA COM REGULAGEM E JUGULAR COR BRANCA.	Unidade	121	7	13,55	1.639,55
8.	CAPACETE COM ABA FRONTAL, COM ENCAIXE LATERAL PARA ACESSÓRIO NÃO CONDUTOR DE CORRENTE ELÉTRICA, COM ALTA RESISTÊNCIA DIELÉTRICA, POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM ABSORVEDOR DE SUOR, COM JUGULAR E CARNEIRA REGULÁVEL.	Unidade	105	2	59,85	6.284,25
9.	CHAPÉU DE PALHA PARA PROTEÇÃO CONTRA O SOL	Unidade	998	6	14,69	14.660,62
10.	CAPACETE DE SEGURANÇA COM PROTETOR FACIAL	Unidade	187	1	89,86	16.803,82



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

	TELADO E ABAFADOR DE RUÍDO ACOPLADOS, ABAFADOR COM NRR (NÍVEL DE REDUÇÃO DE RUÍDO) NO MÍNIMO DE 17 DB (A).					
11.	TOUCA DESCARTÁVEL DE TNT BRANCA. PACOTE COM 100 UNIDADES.	Pacote	144	12	7,44	1.071,36
12.	BONÉ ÁRABE CONFECCIONADO EM TECIDO DE ALGODÃO É TRATADO COM TEFLON, HIDRO-REPELENTE (USO DOS AGENTES DE COMBATE ENDEMIAS).	Unidade	690	10	8,46	5.837,40
13.	LUVAS NITRILICAS DESCARTÁVEIS, SEM TALCO. TAMANHO MÉDIO E GRANDE A SER DEFINIDO. Caixa com 100 unidades.	Caixa	1513	6	16,65	25.191,45
14.	ÓCULOS DE SEGURANÇA C/ LENTES INCOLORES	Unidade	590	30	3,1	1.829,00
15.	MÁSCARA DE PROTEÇÃO 8 ptO COM CARTUCHO.	Unidade	595	1	229,02	136.266,90
16.	PROTETOR SOLAR FPS 30 COM PROTEÇÃO DA PELE CONTRA RADIAÇÕES UVA E UVB. FRASCO COM NO MÍNIMO 100ML.	Frasco	898	9	10,78	9.680,44
17.	LUVA DE MALHA DE AÇO ANTICORTE DE PUNHO LONGO	Par	24	1	290,67	6.976,08
18.	AVENTAL. IMPERMEÁVEL.	Unidade	186	12	6,93	1.288,98
19.	CALÇA E JALECO DE BRIM COM SERIGRAFIA (BRASÃO GRANDE NAS COSTAS E PEQUENO NA FRENTE) (MANGA CURTA). COR E TAMANHO A SER DEFINIDO.	Unidade	1659	1	165,23	274.116,57
20.	LUVA RASPA DE COURO COSTURADA COM LINHA DE NYLON, COM REFORÇO INTERNO NA PALMA E DEDOS. INDICADO PARA SERVIÇOS MÉDIO E PESADOS. ESTAS LUVAS OFERECEM PROTEÇÃO CONTRA ABRASIVIDADE, CORTES, PERFURAÇÕES, CALOR E ATIVIDADES COM PRODUTOS OLEADOS.	Par	656	10	9,11	5.976,16
21.	LUVA MULTITATO TÁTIL TRICOTADA COM FIOS DE POLIAMIDA E REVESTIMENTO EM PU, TAMANHO PEQUENO, MÉDIO E GRANDE.	Par	1578	40	2,28	3.597,84
22.	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA (ABAFADOR DE RUÍDO), COM ESPUMA PARA ABORÇÃO DE RUÍDO, COM NÍVEL DE REDUÇÃO DE RUÍDO NO MÍNIMO DE 17 DB(A).	Unidade	201	4	26,35	5.296,35
23.	PROTETOR AURICULAR DE INSERÇÃO (PLUG).	Unidade	390	70	1,73	674,70
24.	MANGOTE IMPERMEÁVEL	Par	79	4	21,88	1.728,52
25.	CAMISA PARA ELETRICISTA, FECHAMENTO FRONTAL COM BOTÕES, COM FAIXA REFLETIVA LARANJA/PRATA NO TÓRAX E MANGAS, DOIS BOLSOS SUPERIORES COM LAPELA FECHADO COM VELCRO, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO - SOLASOL X 1 A 3 - COM ATPV 8,6 CAL/CM2, ATENDE GRAU DE RISCO 2, CONFORME NORMAS NFPA 70E E NFPA 2112, MANGA LONGA,	Unidade	134	1	189,36	25.374,24



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

	TAMANHO PEQUENO, MÉDIO, GRANDE E EXTRA GRANDE.					
26.	CALÇA MODELO PROFISSIONAL (ELETRICISTA) 1/2 ELÁSTICO, 4 BOLSOS CHAPADOS, 7 PASSANTES COM FAIXA REFLETIVA LARANJA/PRATA NAS DUAS PERNAS, TECIDO 100% ALGODÃO - SOLASOL X 1 A 3 COM ATPV8,6 CAL/CM², ATENDE GRAU DE RISCO 2, CONFORME NORMAS NFPA70E E NFPA 2112	Unidade	129	1	131,78	16.999,62
27.	LUVA DE SEGURANÇA ISOLANTE EM BORRACHA, PARA TENSÃO DE 2,5KV, CLASSE 00, PARA TENSÃO MÁXIMA, USO DE ATÉ 500V.	Par	125	1	257,31	32.163,75
28.	LUVA DE COBERTURA CONFECCIONADA EM COURO VAQUETA, COM CINTA AJUSTÁVEL EM VAQUETA, PROTETOR DE ARTÉRIA EM VAQUETA, PUNHO EM RASPA AO CROMO, TAMANHO PEQUENO, MÉDIO E GRANDE.	Par	190	3	31,92	6.064,80
29.	MANGAS DE SEGURANÇA ISOLANTES EM BORRACHA PARA TENSÃO DE 2,5KV, CLASSE 00	Par	55	1	567,46	31.210,30
30.	ÓCULOS DE SEGURANÇA COM REGULAGEM/AJUSTE NAS HASTES, , COM LENTES ESCURAS, ACOMPANHA CORDÃO DE SEGURANÇA.	Unidade	544	30	3,11	1.691,84
31.	CINTO TIPO PÁRA-QUEDISTA COM ARGOLA DORSAL REGULÁVEL, AJUSTE NA CINTURA, AJUSTE NAS PERNAS, DOIS PONTOS NA CINTURA, PONTO FRONTAL E DORSAL, REGULAGEM NO SUSPENSÓRIO E ACOLCHOAMENTO.	Unidade	58	1	153,37	8.895,46
32.	TALABARTE Y	Unidade	53	1	155,92	8.263,76
33.	TALABARTE DE POSICIONAMENTO.	Unidade	52	1	149,91	7.795,32
34.	LUVA PIGMENTADA DE MALHA DE ALGODÃO, COM PALMA, DEDOS E DORS DORSO REVESTIDOS DE NITRILO, PALMA DA MÃO E DEDOS ANTIDERRAPANTES, PUNHO TRICOTADO EM MALHA.	Par	735	70	1,96	1.440,60
35.	LUVA DE LÁTEX COM PALMA ANTIDERRAPANTE (PUNHO MÉDIO E LONGO)	Par	1179	12	7,71	9.090,09
36.	AVENTAL DE NAPA, TAMANHO PEQUENO, MÉDIO E GRANDE AVENTAL DE NAPA, TAMANHO PEQUENO, MÉDIO E GRANDE.	Unidade	145	8	11,44	1.658,80
37.	MÁSCARA RESPIRATÓRIA DE PROTEÇÃO PFF-1 VALVULADA (CONTRA POEIRA E NEVUAS).	Unidade	364	70	1,42	516,88
38.	PERNEIRAS EM COURO SINTÉTICO (BEDIN), FORRADA INTERNAMENTE PARA SOBREPOR SOBRE A VESTIMENTA	Par	225	4	22,4	5.040,00
39.	LUVA DE LÁTEX NITRÍLICO (PUNHO MÉDIO E LONGO) TAMANHO A SER DEFINIDO.	Par	2293	20	5,8	13.299,40
40.	MÁSCARA RESPIRATÓRIA DE PROTEÇÃO PFF-2 VALVULADA (CONTRA SOLDA/PINTURA), COM FILTRO PARA FUMOS E PARTÍCULAS INCÔMODAS.	Unidade	270	70	1,49	402,30



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

41.	MÁSCARA RESPIRATÓRIA COM 02 FILTROS REMOVÍVEIS CONTRA VAPORES ORGÂNICOS.	Unidade	182	1	249,6	45.427,20
42.	FILTRO CONTRA VAPORES ORGÂNICOS	Unidade	186	3	35,62	6.625,32
43.	CALÇA CONFECCIONADA EM TRÉVIRA COM BOTA DE PVC ACOPLADA	Unidade	105	1	151,75	15.933,75
44.	ÓCULOS DE PROTEÇÃO PARA PROCESSO DE SOLDA.	Unidade	117	7	14	1.638,00
45.	MÁSCARA DE PROTEÇÃO PFF2 Nº95	Unidade	342	150	0,45	153,90
46.	PROTETOR FACIAL INCOLOR (PARA USO DE ESMERIL E POLICORTE)	Unidade	229	4	21,12	4.836,48
47.	AVENTAL DE RASPA DE COURO COM COSTURA DUPLA, REFORÇADA.	Unidade	66	3	33,21	2.191,86
48.	LUVA DE RASPA DE COURO, CANO LONGO SEM COSTURA NO DORSO	Par	100	8	10,83	1.083,00
49.	ESCUDO PARA SOLDA	Unidade	70	1	87,6	6.132,00
50.	COLETE SINALIZAÇÃO TIPO X, CONFECCIONADO EM PVC, FORRADO EM COR FLUORESCENTE LARANJA COM APLICAÇÃO DE FAIXA REFLETIVA LARANJA, COM AJUSTE LATERAL ATRAVÉS DE VELCRO E ACABAMENTO TOTAL EM VIÉS.	Unidade	115	8	10,31	1.185,65
51.	FITA DE POLILENO ZEBRADA PARA ISOLAMENTO DE ÁREA, ROLO DE 70MM DE LARGURA COM 200M DE COMPRIMENTO	Rolo	520	9	10,02	5.210,40
52.	CONE DE SINALIZAÇÃO DE PVC 75 CM NA COR LARANJA, QUE ATENDE A ABNT 15071.	Unidade	225	3	34,81	7.832,25
53.	TELA PLÁSTICA (TAPUME), NA COR LARANJA.	Metro	550	30	3,62	1.991,00
54.	AVENTAL DE TERGAL BRANCO.	Unidade	110	5	18,24	2.006,40
55.	LUVA MODELO MÃO DE GATO CANO LONGO, EM GRAFATEX (PARA USO DO FORNO).	Par	150	2	49,83	7.474,50
56.	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA BRANCA, CX C/100UN EM TNT, COM ELÁSTICO.	Caixa	722	12	6,25	4.512,50
57.	LUVA DE PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO MATERIAL LÁTEX NATURAL, TAMANHO PP, CAIXA COM 100 UNIDADES	Caixa	700	4	22,37	15.659,00
58.	ÓCULOS DE SEGURANÇA MODELO AMPLA VISÃO, COM REGULAGEM/AJUSTE NAS HASTES, COM LENTES INCOLORES.	Unidade	668	4	23	15.364,00
59.	CALÇA CONFECCIONADA EM TECIDO DE ALGODÃO TRATADO COM TEFLON (ÓLEO FOBOL), TECIDO HIDORREPELENTE (USO DOS AGENTES DE C. A ENDEMIAS).	Unidade	300	2	61,68	18.504,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

60.	JALECO CONFECCIONADO EM TECIDO DE ALGODÃO TRATADO COM TEFLON (ÓLEO FOBOL), TECIDO HIDRORREPELENTE (USO DOS AGENTES DE C. A ENDEMIAS).	Unidade	380	2	63,67	24.194,60
61.	LUVA DE VAQUETA CONFECCIONADA EM COURO CURTIDO AO CROMO, COM REFORÇO ENTRE POLEGAR E O INDICADOR, COM REFORÇO PALMAR INTERNO, COM ELÁSTICO EMBUTIDO NO DORSO, ACABAMENTO EM VIÉS, COSTURADA COM LINHA DE NYLON.	Par	1253	8	11,09	13.895,77
62.	SAPATO DE SEGURANÇA SAPATO EM COURO, COM SOLADO DE PU BORRACHA BIDENSIDADE	Par	224	2	46,35	10.382,40
63.	LUVA TERMICA ALTA TEMPERATURA CANO LONGO DE 35CM, GRAFATEX, NA COR PRETA.	Par	62	3	38,01	2.356,62
64.	AVENTAL DE TECIDO OXFORD P/M/G AVENTAL DE TAMANHO P M OU G BRANCO LOGO DA PREFEITURA NA FRENTE	Unidade	100	4	20,57	2.057,00
65.	JALECO EM TECIDO OXFORD NA COR BRANCA, COM BOTÕES BRANCOS, BOLSO NO LADO ESQUERDO SUPERIOR COM SERIGRAFIA DO LOGO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA NAS CORES OFICIAIS E NOME DA SECRETARIA REQUISITANTE COM LETRAS NA COR PRETA. TAMANHO DO JALECO E NOME DA SECRETARIA A SER DEFINIDO.	Unidade	445	2	58,28	25.934,60
66.	MÁSCARA P/ SOLDA AUTOMÁTICA	Unidade	8	1	128,99	1.031,92
67.	AVENTAL DE PVC C/ FORRO POLIESTER 120 X 61 CM TAMANHO PEQUENO, MÉDIO E GRANDE.	Unidade	54	8	10,93	590,22
68.	CINTOS DE SEGURANÇA ESTÁTICO 2 PONTOS	Unidade	12	1	145,58	1.746,96
69.	LUVA DE SEGURANÇA EMBORRACHADA VULCANIZADA.	Par	106	12	7,19	762,14
70.	LUVA NITRÍLICA DESCARTÁVEL, SEM TALCO TAMANHO M, CAIXA COM 100 UNIDADES	Caixa	90	5	17,46	1.571,40
71.	LUVA NITRÍLICA DESCARTÁVEL , SEM TALCO TAMANHO G CAIXA COM 100 UNIDADES.	Caixa	110	5	18,9	2.079,00
72.	LUVA NITRÍLICA DESCARTÁVEL SEM TALCO TAMANHO GG, CAIXA COM 100 UNIDADES	Caixa	105	4	22,16	2.326,80
73.	CINTO DE SEGURANÇA COM TALABARTE PARA ELETRICISTA.	Unidade	22	1	140,58	3.092,76
74.	MACACÃO JARDINEIRA PVC IMPERMEÁVEL COM BOTA ACOPLADA. COR A SER DEFINIDA.	Unidade	60	1	150,83	9.049,80
75.	MACACÃO DE SANEAMENTO EM TRÉVIRA COM BOTA DE PVC E LUVA ACOPLADAS. COR A SER DEFINIDA.	Unidade	60	1	213,9	12.834,00
76.	PROTETOR SOLAR FPS 60 RESISTENTE A ÁGUA, PROTEÇÃO UVA E UVB DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, FRASCO COM NO MÍNIMO 100ML.	Unidade	255	7	14,71	3.751,05



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

77.	CALÇA CONFECCIONADA EM BRIM, MEIO CÓS MEIO ELÁSTICO QUATRO BOLSOS CHAPADOS E PASSANTE PARA O CINTO, SENDO RESISTENTE A RASGOS E ABRASÕES EM GERAL NA COR CAQUI, CONFORME MODELO E NUMERAÇÃO SOLICITADA	Unidade	654	2	56,13	36.709,02
78.	BONÉ EM BRIM, NA COR CAQUI, MODELO AJUSTÁVEL, PERSONALIZADO COM LOGOMARCA DA PREFEITURA.	Unidade	400	5	21,04	8.416,00
79.	CHAPÉU MODELO TIPO AUSTRALIANO	Unidade	700	4	28,15	19.705,00
80.	CAMISETA MANGA LONGA TÉRMICA COM IDENTIFICAÇÃO, PROTEÇÃO UV, GOLA REDONDA COM SERIGRAFIA NA PARTE SUPERIOR LADO ESQUERDO COM O LOGO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA NAS CORES OFICIAIS E NOME DA SECRETARIA REQUISITANTE COM LETRAS NA COR PRETA. DIVERSOS TAMANHOS (M,G,GG,XG,XXG), TAMANHO DA CAMISA E NOME DA SECRETARIA A SEREM DEFINIDOS.	Unidade	520	2	61,94	32.208,80
81.	COLETE AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS TECIDO: CONFORT RIP STOP (COMPOSIÇÃO 67% ALGODÃO E 33% POLIESTER) COR: AZUL MARINHO, ZÍPER NA FRENTE, GOLA V, PARTE INFERIOR BOLSOS CARGO DUPLOS, COM FECHAMENTO EM ZÍPER, PARTE SUPERIOR DIREITO 1 BOLSO MODELO FACA. REGULADOR DE TAMANHO COM VELCRO NA BARRA, LADO ESQUERDO DO PEITO COM VELCRO PARA SULTACHE MILITAR, SULTACHE MILITAR BORDADO COM ESCRITA DO NOME DE CADA PROFISSIONAL, BORDADOS NA PARTE FRONTAL E TRASEIRA DO COLETE CONFORME DESCRITOS NO DESENHO DO ANEXO I. TAMANHOS P,M,G,GG,XG,G1,G2,G3 ESPECIFICADOS NO MOMENTO DA CONFECÇÃO.	Unidade	200	1	82,99	16.598,00
82.	CALÇA DE BRIM PESADO PROFISSIONAL COM ELÁSTICO	Unidade	303	2	63,52	19.246,56
83.	BOTA DE BORRACHA BRANCA, CANO LONGO, TAMANHOS VARIADOS (DO 38 AO 44).	Unidade	170	3	38,6	6.562,00
84.	BOTINA DE SEGURANÇA IMPERMEÁVEL	Unidade	280	1	118,58	33.202,40
VALOR TOTAL						R\$ 1.292.265,86

1.2 O valor estimado total é de **R\$ 1.292.265,86 (um milhão, duzentos e noventa e dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e seis centavos)**.

1.3 A pesquisa de preços, realizada de acordo com o Decreto Municipal nº 20.108, de 28 de agosto de 2023, encontra-se em anexo ao processo.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do Registro de Preços é de até 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período na forma dos art. 84 Lei Nº 14.133/2021.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- (X) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

3.3.90.30.28.00.00.00 – Material de proteção e segurança

CAPÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 A Prefeitura Municipal de São Borja, para realização e manutenção de obras e serviços imprescindíveis em prol da comunidade, necessita dos mais diversos materiais e equipamentos de proteção, além de uniformes condizentes com as atividades a serem realizadas, garantindo a segurança e qualidade dos serviços prestados. Assim sendo, a aquisição é fundamental para o bem-estar, tanto dos trabalhadores das secretarias, quanto para os cidadãos.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1 A aquisição dos materiais objeto do presente Termo de Referência se constitui em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos.

5.2 Por se tratar de itens comuns, diversas opções são facilmente encontradas no mercado, o que abre uma ampla concorrência para possíveis fornecedores,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

proporcionado maior competitividade no para fornecimento dos itens e consequentemente melhores preços para a Administração.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 A empresa deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

6.2 A empresa deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados aos itens fornecidos.

6.3 A empresa deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

6.4 A empresa deverá proporcionar a entrega dos materiais para atender as secretarias conforme condições e quantidades constantes em ordem de compra emitida por cada secretaria requisitante.

6.5 A empresa deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, inclusive os custos no que tange ao transporte na hipótese de entrega do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

6.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações exigidas.

6.7 Para fornecimento dos materiais os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO III

DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Fornecimento direto de equipamentos de proteção individual e/ou coletiva para setores diversos da Prefeitura Municipal de São Borja.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

a) Prazo de entrega de 20 (vinte) dias, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, pela ADJUDICATÁRIA, da nota de empenho ou ordem de compra que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA.

8.2. LOCAL E HORÁRIO

a) Os materiais deverão ser entregues no Departamento de Material, Patrimônio e Documentos, Rua João José de Oliveira Freitas, nº 479, Vila Cabeleira, São Borja/RS, CEP: 97670-000 no horário das 7h às 13h e das 14h às 16h, em dias úteis.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

- a)** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c)** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

Será exigido o Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para todos os itens, exceção aos itens 9, 19, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 65, 76, 78, 79, 80, 81 e 82.

CAPÍTULO IV

DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. O responsável pela fiscalização do contrato será o servidor Pedro Henrique Ritter Falcão, Técnico em Segurança do Trabalho e seu substituto será o servidor Henrique Stein, Engenheiro Eletricista.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V

DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I a natureza e a gravidade da infração cometida;

II as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 10 dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 10 dias consecutivos. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado mediante empenho, após o recebimento do objeto e apresentação da nota fiscal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

16.2 Os valores contratuais poderão sofrer reequilíbrio devido variação expressiva dos preços praticados no mercado, a fim de manter as condições efetivas da proposta;

16.3 A solicitação do reequilíbrio deverá vir do interessado, Contratante ou Contratada, comprovando a variação expressiva dos preços praticados no mercado durante o período e demonstrando, através de notas fiscais, planilha de custos, pesquisa no mercado local a porcentagem do impacto dessa variação.

CAPÍTULO VI

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1 A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.2 Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento por menor preço;

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

- a) identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b) a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e) assinatura do responsável legal da empresa.

18.2 AMOSTRA

(x) Não () Sim

18.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

(x) Não () Sim

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Para fins de habilitação neste processo licitatório, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto.

Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002;

Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial completo (inscrição e suas alterações), no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c) prova de Regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- f) certificado de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS;
- g) prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento;

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

() Sim (X) Não

19.2 VISTORIA

(X) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

19.3 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

- a) Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

19.4 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

Nos itens 1, 15 e 19 será reservada cota de até 25% para microempresas e empresas de pequeno porte.

Os demais itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

19.5 JUSTIFICATIVA DAS VEDAÇÕES

A vedação quanto a participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

A participação de consórcio é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.

20. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

20.1 O valor estimado total é de **R\$ 1.292.265,86 (um milhão, duzentos e noventa e dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e seis centavos)**.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.3.90.30.28.00.00.00 – Material de proteção e segurança

São Borja/RS, 24/03/2025.

Anderson Silva Knapp
Agente Adm. Auxiliar - Dep. de Compras

Caroline Cogo Contreira
Secretária da SMPOP

() Defiro

() Indefiro

Prefeito de São Borja/RS